



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO nº: 0119237-8

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: JOÃO JOSÉ DE MELO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

195

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O ART. 129 DO CPB. DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS. NECESSIDADE DE NOVO JULGAMENTO. PROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Depreende-se, do conjunto probatório carreado aos autos, que tanto os depoimentos da vítima e das testemunhas, como os interrogatórios do próprio apelado, réu confesso, são coerente e harmônicos, todos no sentido de que o apelado teve a intenção de matar a vítima, e para tanto, entrou na casa dela sem que a mesma percebesse, e, de logo, desferiu-lhe um tiro, sem lhe dar qualquer chance de defesa.

2. Presente, na hipótese, o *animus necandi*, quer dizer, a vontade de tirar a vida da vítima, resta perfeitamente configurado o elemento subjetivo do crime de homicídio, incidindo o apelado, assim, no tipo penal descrito no art. 121, § 2º, IV do Código Penal, em sua forma tentada, sendo incabível a desclassificação delitiva promovida pelo Tribunal do Júri para o crime de lesão corporal.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



196

3. Colidindo a decisão do Conselho de Sentença com o conjunto probatório dos autos, justificando-se a reapreciação do episódio criminoso descrito na denúncia.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 119.237-8, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso interposto pelo *Parquet*, devendo o apelado ser submetido a um novo julgamento pelo Conselho de Sentença, nos termos do voto do Des. Relator.

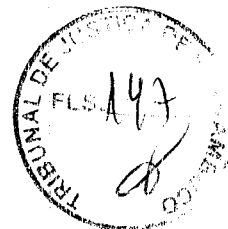
Recife, 16 de Dezembro de 2009.

  
Des. Presidente

  
Des. Marco Antônio Cabral Maggi  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO nº: 0119237-8

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: JOÃO JOSÉ DE MELO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

197

RELATÓRIO

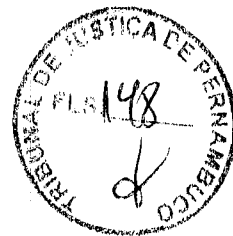
Cuida-se de apelação criminal interposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, em face da decisão do Conselho de Sentença da Comarca de Ibirajuba-PE, que, acolhendo a tese defensiva, desclassificou o delito imputado ao apelado (art. 121, § 2º, IV c/c art. 14, II, do CPB) para o crime de lesão corporal (art. 129, § 1º, II, do CPB), sendo o apelado condenado à pena definitiva de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão.

Narra a peça acusatória que, no dia 26 de setembro de 2002, por volta das 11:00hrs, no sítio Pachola, Município de Ibirajuba, o apelado, utilizando-se de uma espingarda soca-soca, desferiu um tiro na cabeça de José Alexandre da Silva, vítima dos autos.

Consta da denúncia que a vítima encontrava-se no interior de sua residência, sozinho, embriagado, deitado no piso, em decúbito ventral, quando o acusado, de surpresa, desferiu-lhe um tiro na cabeça, na região auricular esquerda, e, em seguida, retirou-se do local, imaginando que a vítima havia falecido. Informa, ainda,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*



a denúncia, que o apelado é primo da vítima e desta estava intrigado há cerca de 06 (seis) meses.

198

Em suas razões recursais (fls. 115/122), pugna o representante do *Parquet* pela submissão do apelado a novo julgamento, nos termos do art. 593, III "d" do CPP, tendo em vista que a decisão do Tribunal Popular foi manifestamente contrária às provas dos autos. Nessa linha, aduz que restou evidenciado, nos autos, a intenção de matar do acusado, tendo a vítima sobrevivido por circunstâncias alheias a sua vontade.

Às contrarrazões, a defesa requer a manutenção da sentença recorrida em todos os seus termos (fls. 124/125).

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 135/137, opina pelo provimento do recurso, para que o apelado seja condenado, nos termos da denúncia.

**É o relatório.**

À douta revisão.

Recife 26 de outubro de 2009.

**Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi*



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO nº: 0119237-8

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: JOÃO JOSÉ DE MELO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

199

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

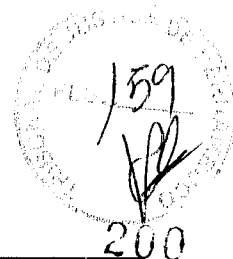
Cuida-se de apelação criminal interposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, em face da decisão do Conselho de Sentença da Comarca de Ibirajuba-PE, que, acolhendo a tese defensiva, desclassificou o delito imputado ao apelado (art. 121, § 2º, IV c/c art. 14, II, do CPB) para o crime de lesão corporal (art. 129, § 1º, II, do CPB), sendo o apelado condenado à pena definitiva de 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão.

Em suas razões recursais, pugna o órgão ministerial pela submissão do apelado a novo julgamento, nos termos do art. 593, III "d" do CPP, tendo em vista que a decisão do Tribunal Popular foi manifestamente contrária às provas dos autos. Nessa linha, aduz que restou evidenciada a intenção de matar do acusado, tendo a vítima sobrevivido por circunstâncias alheias a sua vontade.

Entendo assistir razões ao *Parquet*. Isto porque, a meu sentir, cuida-se, o caso, da hipótese descrita no art. 593, III, d do CPB, em que o Tribunal Popular



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



incorreu em *error in judicando*, tendo proferido decisão integralmente dissociada das provas dos autos, ao admitir tese defensiva sem nenhum respaldo no conjunto probatório, visto estar comprovado que o recorrido, com a intenção de matar a vítima, contra ela disparou 01 (um) tiro de espingarda artesanal, tendo esta sobrevivido por circunstâncias alheias à vontade do apelado.

A materialidade delitiva restou cabalmente comprovada pelo auto de apresentação e apreensão da arma do crime (fls. 09) e pelo laudo de perícia traumatológica (fls. 22/23), segundo o qual a vítima foi submetida a tratamento cirúrgico por afundamento craniano, causado por projétil de arma de fogo.

Quanto à autoria, entendo-a, igualmente, demonstrada, pelas provas colacionadas aos autos, restando incontestado que o apelado, com ânimo *necandi*, quer dizer, com a intenção de ceifar a vida da vítima, contra ela disparou 01 (um) tiro de espingarda de fabricação artesanal, conhecida como "soca-soca", atingindo-a na cabeça, tendo a vítima sobrevivido por circunstâncias alheias à vontade do apelado.

Nesse sentido, a vítima, ouvida na fase investigativa e em juízo, asseverou que estava sozinha em sua residência quando o apelado nela adentrou e, de imediato, desferiu-lhe um tiro. Aduziu, ainda, acreditar que a intenção do apelado era matá-lo, inclusive porque, dias depois do fato, em conversa com a genitora do acusado, esta lhe confidenciou que o apelado teria dito que tinha matado a vítima. Foram os seus relatos:

*"(...) que, no dia e hora dos fatos objeto da apuração, (...) foi surpreendido pelo imputado, que utilizando de uma espingarda tipo "soca-soca", detonou um tiro atingindo-lhe a região da cabeça, mais propriamente na região auricular esquerda; QUE, após a consumação do crime, o mesmo evadiu-se levando consigo o instrumento do crime; QUE o investigado imaginou que o declarante teria morrido, tanto assim é verdade que o investigado após atirar no declarante, comentou com a mãe dele investigando que teria matado o declarante (...)"*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



201

*acredita que o mesmo tinha a intenção de lhe matar, que o declarante não morreu unicamente por uma questão de sorte (...)" (fls. 16-A).*

*"(...) Que no dia do fato da denúncia encontrava-se sozinho na sua casa no Sítio Pachola (...) Que chegou em casa, trancou as portas e foi dormir; Que tempo depois percebeu quando o acusado adentrou em sua casa tendo em vista ter subitamente acordado com o mesmo, o qual lhe desferiu um tiro na cabeça; (...) Que quando foi alvejado pelo tiro encontrava-se dormindo no chão encostado na parede, emborcado (...) tomou conhecimento através da genitora do acusado que este havia comentado com a mesma que havia matado ela vítima; acredita que o acusado pensou que havia matado ele informante (...)" (fls. 50/51).*

Corroborando a versão apresentada pela vítima, EDLEUSA ADELIA DA SILVA, genitora do apelado, confirmou que este apareceu, no dia seguinte ao crime, e questionado por ela sobre os fatos, confessou que teria atirado na vítima, motivado por ameaças que alegou vir sofrendo. Assim disse a informante:

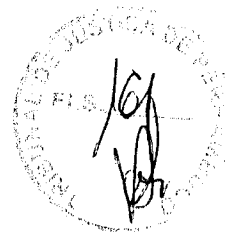
*"(...) no dia seguinte, logo depois que a polícia saiu daquele sítio, João chegou em casa e ela informante perguntou: o que você fez com Lêgo?; Que naquele momento João respondeu que tinha esperado Lêgo em frente da casa dele e atirou no mesmo por motivo de Lêgo andar contando que iria matar ele (...)" (fls. 16/16v).*

Por sua vez, o Sr. JOSÉ GASPARI DE MELO, genitor do apelado, disse, na fase de instrução processual, que passou a desconfiar da autoria delitiva do acusado por este ter fugido da polícia, no dia seguinte ao crime, ficando escondido perto da casa do informante até ser preso (fls. 51).

Afastando qualquer dúvida a respeito das intenções do acusado ao desferir contra a vítima um tiro de espingarda, o apelado, ouvido em juízo e perante o



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



202

Tribunal Popular, confirmou que visava matar a vítima, tendo-lhe causado surpresa o fato de ela ter sobrevivido. Afirmou, o recorrido, ainda, que praticou o crime motivado por intrigas que existiam entre ele e a vítima, alegando que esta vinha o ameaçando de morte, sem, no entanto, apresentar qualquer prova nesse sentido.

Assim discorreu o apelado, em audiência de interrogatório:

*"(...) Que por volta das 11:00 horas quando estava indo para sua residência viu que a porta da casa da vítima, que fica no caminho para sua casa, estava aberta e a luz estava acesa; Que resolveu entrar na referida casa (...) Que ao entrar na casa viu a vítima no quarto sentado no pé da parede e acordado; Que percebeu que a vítima encontrava-se um pouco embriagada; Que ao ver a vítima foi logo atirando na mesma, não falando nada com a mesma, e que atirou na cabeça da vítima; Que a vítima não percebeu quando ele acusado entrou na sua residência e muito menos no seu quarto (...) Acreditou que tinha matado a vítima quando do disparo (...) Que entrou na casa da vítima para matá-la, causando-lhe surpresa o fato da mesma está viva (...) "* (fls. 40/41).

No mesmo sentido, perante o Conselho de Sentença o apelado disse:

*"(...) Que seu José Alexandre encontrava-se em casa quando o réu chegou munido de uma espingarda soca-soca; Que confirma que desferiu um tiro contra seu José Alexandre (...) Que vítima e réu são primos; que tornaram-se inimigos após brigas em família; (...) que quando entrou na casa da vítima, não chegou a falar com ela e foi logo atirando; que, no dia do fato, estava embriagado; Que afirma que se embriagou para praticar o crime (...) que confirma o que disse em juízo de que a vítima teria morrido (...) "* (fls. 89/90).

Ademais, convém salientar que a própria localização em que o apelado foi atingido, a saber, na cabeça, mais precisamente na região temporal esquerda (laudo





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



203

da perícia traumatológica – fls. 22/23), sinaliza o dolo de matar presente na conduta do apelado, visto cuidar-se de região vital do corpo humano.

Assim, a tese da defesa, acolhida pelo Tribunal Popular, de que o apelado visava tão somente lesionar a vítima, não restou amparada por qualquer das provas produzidas nos autos.

Ao contrário, o que se depreende do conjunto probatório é que tanto os depoimentos da vítima e das testemunhas, como os interrogatórios do próprio apelado são coerente e harmônicos, todos no sentido de que o apelado teve a intenção de matar a vítima, e para tanto, entrou na casa da mesma sem que ela percebesse, e, de logo, desferiu-lhe um tiro, sem lhe dar qualquer chance de defesa.

Presente, na hipótese, o *animus necandi*, quer dizer, a vontade de tirar a vida da vítima, resta perfeitamente configurado o elemento subjetivo do crime de homicídio, incidindo o apelado, assim, no tipo penal descrito no art. 121, § 2º, IV do Código Penal, em sua forma tentada, sendo incabível a desclassificação delitiva promovida pelo Tribunal do Júri para o crime de lesão corporal.

Desse modo, tenho que ficou suficientemente demonstrado que a decisão do Conselho de Sentença colidiu com o conjunto probatório dos autos, justificando-se, pois, a reapreciação do episódio criminoso descrito na denúncia.

Posto isso, meu voto é no sentido de dar provimento ao recurso, por entender que a decisão do Tribunal do Júri encontra-se manifestamente contrária às provas dos autos, devendo o apelado ser submetido a um novo julgamento pelo Conselho de Sentença.

**É COMO VOTO.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0119237-8

204

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: JOÃO JOSÉ DE MELO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Luiz Diogo Filho

RELATOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

REVISOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

VOTO DE REVISÃO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

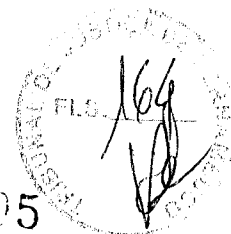
Trata-se de recurso de apelação interposto pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco em face de decisão do Tribunal do Júri da Comarca de Ibirajuba, que desclassificou o crime de tentativa de homicídio qualificado imputado ao réu **JOÃO JOSÉ DE MELO**, condenando-o a 02 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão, pela prática de crime de lesão corporal grave.

Alega a douta Representante do *Parquet* que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos. Segundo ela, restou demonstrado que o réu tentou matar a pessoa de José Alexandre da Silva com um tiro de espingarda na cabeça, sem dar à vítima qualquer possibilidade de defesa, o que configuraria o crime de tentativa de homicídio qualificado e não o de lesão corporal.

Nestes termos, pugna pela anulação do julgamento para que outro se realize.

Pois bem.

205



Como se sabe, a tentativa de homicídio caracteriza-se pela intenção inequívoca de matar (*animus necandi*) enquanto na lesão corporal há apenas “a vontade de produzir um dano ao corpo ou à saúde de outrem ou assumir o risco de produzi-lo (*animus laedendi* ou *nocendi*)”<sup>1</sup>. Apenas no caso concreto, mediante a análise das provas e das circunstâncias específicas do fato delituoso, é possível conhecer o verdadeiro intento do agente, enquadrando sua conduta no tipo penal apropriado.

No presente caso, as provas indicam que o acusado realmente tinha a intenção de assassinar a vítima, conforme ele próprio admitiu ao ser interrogado pela autoridade judiciária. Afirmou o apelado, naquela ocasião, que:

*“... ao ver a vítima foi logo atirando na mesma, não falando nada com a mesma, e que atirou na cabeça da vítima; Que a vítima não percebeu quando ele acusado entrou na sua residência e muito menos no seu quarto; Que o tiro foi dado em um dos lados da cabeça; Que depois deste fato o acusado fugiu; (...) Acreditou que **tinha matado a vítima quando do disparo** e só soube que a vítima estava viva uma semana depois do fato, ou seja, quando voltou para a casa após ficar escondido no sítio; (...) **Que entrou na casa da vítima para matá-la, causando-lhe surpresa o fato da mesma (estar) viva**” (fls. 40/41).*

As afirmações da vítima são no mesmo sentido, confirmando que o réu invadiu a sua casa e, enquanto ela dormia, efetuou o disparo, sem lhe dar qualquer chance de defesa. Ainda de acordo com a vítima, o acusado fugiu porque pensou tê-la matado com aquele único tiro, razão pela qual não efetuou outros disparos (tese, aliás, que encontra apoio nas próprias palavras do réu).

As provas acima não deixam dúvida do real objetivo do réu, o qual nutria um sentimento de animosidade em relação à vítima e, quando notou que ela deixou a porta de sua casa aberta, aproveitou a oportunidade para assassiná-la,

<sup>1</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. FABBRINI, Renato N. Código Penal Interpretado. Editora Atlas. 6ª Edição. Pág. 1010.

entrando na residência sorrateiramente e efetuando um disparo de arma de fogo na cabeça dela. Em seguida, o acusado fugiu pensando ter alcançado seu objetivo criminoso.

206

165  
10

O *animus necandi* resta plenamente demonstrado no presente caso. O acusado confessou ter atirado na vítima com a intenção de matá-la. As provas confirmam, portanto, a existência de um crime de homicídio qualificado que não se consumou por circunstâncias alheias à vontade do réu (tentativa perfeita).

Quanto à tese de que a arma de fogo utilizada não tinha capacidade de causar a morte da vítima, é por demais frágil, pois, como bem observou o douto Procurador de Justiça, *"ao deflagrar o tiro contra seu primo, o acusado mirou uma sede vital e produziu lesão de tal gravidade que, consoante prova subjetiva harmoniosa, a vítima foi socorrida na Unidade Mista de Ibirajuba, sendo dali removida para centro hospitalar mais bem aparelhado da Cidade de Caruaru e, em seguida, para um grande centro hospitalar desta Capital. O próprio genitor do apelado declara que a vítima esteve internada em hospital por mais de duas semanas (fls. 51)"*.

Pelo exposto, tenho que ao desclassificar o crime de tentativa de homicídio para o de lesão corporal o Conselho de Sentença da Comarca de Ibirajuba decidiu de forma manifestamente contrária à prova dos autos, pelo que se mostra forçoso o acolhimento do presente apelo para anular o julgamento, a fim de que outro se realize.

Deste modo, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, o meu voto é no sentido de dar provimento ao recurso de apelação.

**É COMO VOTO.**